ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA – MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025

A empresa **PHASIS PRODUÇÕES E EVENTOS**., inscrita no CNPJ sob o nº 04.421.445/0001-04, localizada na Praça Ferreira Pires, nº 51, Centro Formiga/MG– CEP: 35.570-022, telefone para contato:(37)984224268, e-mail: emmanuelphasis@gmail.com, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 que regulamenta as licitações e contratos administrativos, prevê em seu artigo 164, caput, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital. Vejamos:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**. Grifo nossos.*

Neste sentido, determinou o referido instrumento convocatório:

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou pedir qualquer esclarecimento, devendo o interessado fazê-lo até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame na plataforma ou via e-mail.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, ou pelos seguintes meios endereço eletrônico pregoeirosformiga@gmail.com. Na

Logo, a impugnante apresentou sua impugnação de forma tempestiva, uma vez que sua peça foi direcionada a Comissão de Licitação do estimado Município, no dia 21/07/2025 e a data de abertura do certame está prevista para o dia 25/07/2024. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e

ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

I - DOS FATOS:

A impugnante tomou conhecimento da publicação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025 a ser realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA, com data prevista para a realização no dia 25/07/2025. O referido certame tem por objeto a *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, TAIS COMO: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E CORRELATOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DEMANDANTES.”*.

Ocorre que, ao selecionar as condições a serem preenchidas pelos licitantes para se tornarem vitoriosos na licitação, **o presente edital restou por prever exigências impeditivas de direito, comprometendo o caráter competitivo do certame.** Neste sentido, visando à adequação do presente edital à lei licitatória, apresenta-se a presente impugnação, com os argumentos abaixo.

II - DO DIREITO

II.1 – DA PREVISÃO LEGAL

Inicialmente, é importante ressaltar que o edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles¹:

¹ *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.

“Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado.”

Seguindo tais premissas, a Lei nº 14.133/21, que rege as licitações e os contratos administrativos, estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação, como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescentar cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de estar desatendendo a uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação. Colocadas essas considerações, passamos a análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

II.II – DO FORMALISMO EXACERBADO

Aponta-se, que a licitação tem seu fundamento jurídico na Constituição da República de 1988, especificamente no artigo 37º, XXI, o qual prever sua obrigatoriedade nos contratos públicos, seja para realização de obras, compras e serviços, com o escopo de resguardar a isonomia entre os contratantes. Por se tratar de procedimento administrativo, ele contém uma série de atos sucessivos e coordenados voltados para a atender ao interesse público, por meio da escolha do negócio mais vantajoso para a Administração Pública, devendo-se garantir, através do Princípio da Isonomia, tratamento uniforme para situações uniformes entre as partes, para que se obtenha condições que permitam sindicar a observância dos princípios da Legalidade, da Vinculação ao Edital, da Impessoalidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, do formalismo moderado, da razoabilidade e proporcionalidade, sem o que restam, comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, conforme previsto na Lei 14.133/21 e na

Jurisprudência pátria. Com fulcro em tais preceitos legais, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos, sob pena de restar frustrada a validade e eficácia da licitação pública.

Entre os princípios indicados, coloca-se em ênfase, os da razoabilidade, proporcionalidade e do formalismo moderado, eis que não foram observados por esta estimada Municipalidade ao formular o edital do presente pregão.

A razoabilidade, proporcionalidade e o formalismo moderado, são princípios constitucionais implícitos aplicados ao Direito Administrativo com o desiderato de definir e impor limites aos atos administrativos. Através deles, há limitação nas atuações e discricionariedades dos Poderes públicos, impedindo que seus agentes, entidades e órgãos tenham atos desarrazoados e desproporcionais, evitando, outrossim, os excessos. Assim, pode-se dizer que esses princípios emanam a essência da ideia que em seus atos, a Administração Pública adote a justiça, equidade, prudência e moderação.

Na seara do direito administrativo sancionador, com o intuito de cumprir rigorosamente as regras que balizam a sua atuação, a Administração Pública por vezes acaba cometendo excessos eivados de mero formalismo exacerbado, como é o caso da presente demanda, vejamos.

O mencionado instrumento convocatório, trouxe a seguinte exigência como condição de HABILITAÇÃO:

8.3.4.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.3.4.1. Para fins de comprovar a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços, referentes aos itens: 5; 6; 7; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 89 e 90 deverão ser apresentados:

a) Certidão de Registro ou inscrição da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto à entidade profissional competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CRT - Conselho Regional de Técnicos Industriais).

b) Atestado de capacidade técnico operacional de empresas públicas ou privadas, comprovando a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características tecnológicas e operacionais, quantidades com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em nome da licitante execução de objeto similar ao licitado;

• **Justificativa:** A exigência de Registro da Contratada no CREA (Conselho Regional de

Engenharia e Arquitetura) é autorizada pelo Artigo 67, I, da Lei nº 14.133/21 – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

8.3.4.2. Para fins de comprovar a qualificação técnica necessária para a execução do serviço referente ao item 45, deverão ser apresentados:

a) Alvará de funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal e publicado no Diário Oficial da União – DOU, para os serviços de segurança desarmada, conforme disposto na Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF e alterações.

b) Certificado de Segurança atualizado expedido pelo Departamento de Polícia Federal, para os serviços de segurança desarmada, conforme disposto na Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF e alterações.

• **Justificativa:** A exigência de apresentação do alvará e do certificado de segurança desarmada está de acordo com o Decreto nº 3.233/2012 da DG/DPF e Lei Federal nº 14.967/2024 de 09/09/2024 - Estatuto da Segurança Privada.

Acerca da solicitação acima é necessário expor o que se segue.

A lei 14.133/21 expõe de forma taxativa quais são os documentos que podem ser solicitados e sede de HABILITAÇÃO. Assim, ao elaborar um edital, a Administração Pública deve se atentar a exigir no tópico da HABILITAÇÃO, a documentação prevista nos artigos 62 a 70 da mencionada lei.

Pois bem, ao solicitar, no momento da habilitação, a documentação vinculada a itens que estão relacionado a execução do objeto o órgão está contrariando o que dispõe a lei que rege a matéria, isso porque, não há previsão nos artigos 62 a 70 da lei 14.133/21 a possibilidade de solicitação de apresentação de tais documentos na fase de habilitação.

Além dessa não previsão, ao exigir que tais documentos sejam apresentados no momento da habilitação, o órgão está OBRIGANDO a empresa a ter já disponível documentos e registros, o que acarreta custos extras para as empresas interessadas a participar do certame.

***SÚMULA TCU 272:** No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.*

Portanto, a exigência de apresentação de tais documentos na fase de habilitação é irregular, pois impõe um ônus desnecessário às empresas licitantes e desconsidera o fato de que a vinculação desses documentos pode

ser formalizada após a adjudicação do contrato, garantindo a execução dos serviços contratados com a devida qualidade e competência técnica.

Ao exigir a apresentação de documentos dos profissionais na fase de habilitação, além de restringir a competitividade do certame, o edital prejudicará muitas empresas, pois muitas podem se ver impedidas de participar por não estarem em condições de comprovar a vinculação de tais documentos antes da fase de contratação. Tal exigência afronta o princípio do julgamento objetivo, previsto no artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, e pode resultar na inabilitação indevida de licitantes, comprometendo a lisura do procedimento licitatório. O correto seria exigir dos licitantes apenas uma declaração assumindo o compromisso de que a empresa caso seja ganhadora executará o serviço conforme as exigências do edital.

A exigência de que a empresa esteja registrada no CREA ou CRT , além de limita a competitividade do certame e viola os princípios da isonomia, da legalidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, previstos nos arts. 5º da Constituição Federal e 11 da Lei nº 14.133/2021.

O Edital de Licitação deve estabelecer apenas o essencial, necessário ou suficiente para a habilitação e execução contratual, sendo que qualquer excesso nesse tópico acarreta a inobservância dos princípios licitatórios e pode gerar a nulidade do instrumento convocatório e, por consequência, de todo o certame.

Diante do exposto, requer-se a esta Comissão de Licitação, em observância aos princípios da legalidade, competitividade, isonomia, e julgamento objetivo, que se proceda à retificação do Edital para suprimir a exigência de documentos desnecessários na fase da habilitação, adequando-o aos termos da Lei nº 14.133/2021.

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que, o item 8.3.4. do Edital seja modificado e passe a solicitar a documentação técnica apenas no momento da assinatura da ata de registro

de preços/contrato, ampliando assim o leque de empresas participantes do certame e mantendo a legalidade do certame.

Requer, por fim, que seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme a legislação.

Nestes termos, pede deferimento.

Formiga, MG 21 DE JULHO 2025

PHASIS PRODUÇÕES E EVENTOS
EMMANUEL DE MORAIS ALEXANDRE
CPF 051.995.836-54
RG MG 11.902.456
SÓCIO-ADMINISTRADOR